



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0002.125329/2019-81

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 267/2020/KAPPA/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, desinfecção e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de saneantes domissanitários, uniformes, material, produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços, visando atender as necessidades da AGEVISA-RO pelo período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de seu(a) Pregoeiro(a), designado(a) por força das disposições contidas na Portaria nº 131/SUPEL/GAB, publicada no DOE do dia 05.11.2020, atentando para **O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO**, enviados via e-mail pela empresa **FBX SERVIÇOS**, pugnando o Edital da licitação em epígrafe, passa a analisar e esclarecer o que adiante segue.

DA ADMISSIBILIDADE

O pedido da empresa **FBX SERVIÇOS** fora encaminhado, via e-mail, no dia **23/11/2020**, nesse sentido considerando que a sessão inaugural está pré-agendada para o dia **27/11/2020 às 10 horas** (horário de Brasília), informamos, portanto, que resta recebido e conhecido o pedido por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo ele **tempestivo**.

DOS QUESTIONAMENTOS

1.1. DA INSALUBRIDADE

A Impugnante já mencionou essa questão quando o pregão estava previsto para o dia 26/08/2020 e a resposta, publicada em 18 de setembro de 2020, da pregoeira Izaura Taufmann Ferreira faz persistir uma indefinição, senão vejamos:

No item 5.1 do Termo de Referência, onde estabelece a produtividade mínima por servente, limita a possibilidade de incluir os parâmetros estabelecidos no Anexo VI da IN 05/2017/SLTI/MPOG (que é a insalubridade no grau máximo, 40%), às instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação.

Por sua vez, no quadro demonstrativo das áreas a serem limpas, item 2.3, estabelece metragens de parte a parte do prédio, mesmo quando a soma das respectivas repartições possibilita a contratação de um único servente, conseqüentemente, as licitantes ficam obrigadas a calcular as horas empregadas na área com insalubridade e as horas em locais salubres, o que não é possível perante a legislação trabalhista.

A CLT não estabeleceu nenhuma proporcionalidade ao pagamento de adicionais de Insalubridade e Periculosidade, pelo contrário, o art. 192 da Consolidação Trabalhista estabelece que “o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo”.

Ou seja, se um determinado funcionário estiver inserido nas atividades de limpeza de um órgão onde há banheiro de uso público, este trabalhador não poderá ser remunerado com horas de trabalho insalubre e o restante da remuneração sem o respectivo adicional.

No entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, constatado o labor em ambiente insalubre, independentemente da jornada de trabalho do empregado, o trabalhador terá direito ao referido adicional, tendo como base de cálculo o salário mínimo na sua integralidade, conforme emendas transcritas:

RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - PROPORCIONALIDADE - JORNADA REDUZIDA. O adicional de insalubridade deve utilizar a base de cálculo definida em lei, independentemente da jornada de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido.” (TST-RR - 873-71.2010.5.02.0065, Data de Julgamento: 9/12/2015, Relator: Ministro Renato de Lacerda Paiva, 2.ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/12/2015.). Grifado.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - BASE DE CÁLCULO - SALÁRIO MÍNIMO PROPORCIONAL À JORNADA DESEMPENHADA PELA AUTORA. Deve ser utilizado o salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, nos termos do artigo 192 da CLT, ainda que a jornada de trabalho seja reduzida. Precedentes. Recurso de Revista não conhecido.” (TST-RR - 1525-43.2012.5.04.0007, Data de Julgamento: 21/10/2015, Relatora: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8.ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015.)

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PROPORCIONALIDADE-DE. De se dar provimento ao Recurso de Revista quando a motivação do Regional envereda por caminho estranho ao da discussão dos autos e, ademais, em aberto confronto com a jurisprudência desta Corte. No tema, o art. 192 da CLT assegura a percepção do adicional de insalubridade, não opondo exceção ao labor em jornada inferior a 44 horas semanais.

Logo, constatado o ambiente insalubre, independentemente da jornada de trabalho o empregado faz jus ao adicional integral. Precedentes. Recurso conhecido e provido.” (TST-RR - 679-35.2010.5.02.0077, Data de Julgamento: 03/06/2015, Relator Desembargador Convocado: Cláudio Soares Pires, 3.ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/6/2015.) Grifado. Logo, quando a soma das metragens das partes de um determinado posto de serviço resultar em produtividade para um servente, tendo este posto instalações sanitárias de uso público, a remuneração total dos serviços prestados neste prédio deverá ser calculada com o adicional de insalubridade, no grau máximo.

Vale lembrar e observar que sendo esta Impugnante detentora do contrato atual, a instituição contratante (AGEVISA) já paga, no contrato em vigor, o adicional de insalubridade no grau máximo, o que impossibilita à futura contratada pagar de forma parcial.

Para evitar qualquer dúvida nesse sentido, a impugnante solicitou da equipe de engenharia e segurança do trabalho do SINDESP, Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia, uma avaliação dos postos em questão e o laudo, cópia anexa, constatou a Insalubridade no Grau Máximo para serviços licitados.

Portanto, requer seja incluído no edital a observação de que os resumos de preços por postos de serviços, quando resultar em produtividade de apenas um servente, tendo instalações sanitárias de uso público no referido posto, o valor por metro quadrado será obtido pela remuneração com adicional de insalubridade no grau máximo, o que resultará na alteração do valor estimado no Edital.

1.2. DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

Os itens 20.4 e seguintes do termo de referência definem de forma criteriosa as condições e os procedimentos para a Repactuação. Entretanto, considerando que esta licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº 0002.125329/2019-81, subentende que os valores apontados no quadro estimativo do anexo III do edital, estão baseados no Caderno Técnico de 2019 ao passo que o contrato iniciará, muito provavelmente, em 2021, logo, após dois reajustes em relação ao preço estimado, vez que a data base da Categoria é 1º de janeiro.

Ou seja, resta-se atualizar o Caderno Técnico, contemplando a CCT com data-base em 01/01/2020 e consequentemente, 01/01/2021.

Como o item 20.4.14 do edital estabelece que as “repactuações a que o contratado fazer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão,” subentende que haverá uma preclusão no pedido de adequação dos percentuais de 2020, podendo gerar limitação do reajuste nos percentuais de 2021 sobre a CCT de 2019.

Portanto, é necessário incluir no Contrato, Anexo III deste edital, o reconhecimento da possibilidade de se repactuar imediatamente após a contratação, caso a CCT de 2021 seja homologada após a respectiva contratação.

1.3. DO PAGAMENTO

O item 11.7 do edital estabelece que “quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas: $I = (TX/100) / 365 - EM = I \times N \times VP$, onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso”.

Essas diretrizes estão em consonância com o entendimento jurisprudencial firmado no STJ de que o não pagamento de compromisso financeiro no prazo determinado em contrato gera a incidência de correção monetária e juros, pois, do contrário, seria “enriquecimento sem causa” do devedor.

Inclusive, em várias decisões judiciais sobre o assunto houve menção à necessidade da administração pública atentar para o devido cumprimento dos acordos firmados, a fim de não sofrer prejuízos ocasionados por inadimplência.

Contudo, a CLÁUSULA QUINTA da Minuta do Contrato cita apenas que “o pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital”, sem reconhecer a possibilidade de aplicação de juros e correção monetária nos casos de atraso no pagamento.

Neste pormenor é imperioso destacar que tanto o ato convocatório quanto o contrato de serviço estabelecido no edital, conforme legislação, itens 4 e 5 do anexo X da IN 05/2017, deverão indicar o critério de pagamento, com a possibilidade de se aplicar juros de mora a 0,5% ao mês e correção, nos casos de atraso no pagamento por culpa exclusiva da contratante.

Portanto, faz-se necessário que o Contrato Anexo deste edital atenda a legislação, contemplando Cláusulas de aplicação de juros e correção em caso de atraso por mais de 30 dias, no pagamento, tal qual está delineado no termo de referência, itens 11.7 do edital.

III - Do Pedido:

Ante o exposto, requer a PROCEDENCIA DESTA IMPUGNAÇÃO para que seja incluído no edital:

1. A observação de que os resumos de preços por postos de serviços, quando resultar em produtividade de apenas um servente, tendo instalações sanitárias de uso público no referido posto, o valor por metro quadrado será obtido pela remuneração com adicional de insalubridade no grau máximo;

2. A possibilidade de se repactuar imediatamente após a contratação, caso a CCT de 2021 seja homologada após a respectiva contratação;

3. Cláusula de aplicação de juros e correção em caso de atraso por mais de 30 dias, no pagamento, tal qual está delineado no termo de referência, itens 11.7 do edital.

Não obstante, caso esse não seja o entendimento dessa douta Comissão de Licitação, aguarda a Impugnante pela remessa da presente peça à Autoridade Superior, nos exatos termos da lei.

DA DECISÃO

Resposta do questionamento 1.1.

O edital traz em seus anexos (ANEXO III), quadro estimativo dos profissionais, especificando de forma sintética as atribuições inerentes à atividade a ser desenvolvida.

As informações ali constantes são suficientes à definição do profissional necessário a execução das atividades contratadas, cabendo ao licitante indicar em seu quadro de composição de custos o profissional selecionado (ANEXO II MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS) à execução das atividades, em conformidade com a legislação trabalhista em vigor.

Conforme previsto pelo edital publicado, deverá ser previsto pagamento de insalubridade tão apenas ao profissional indicado à atividade descrita pelo item 5.1 (Área interna - Banheiros), que por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da Portaria do TEM n 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

Não deve prosperar a alegação da demandada de que "a instituição contratante (AGEVISA) já paga, no contrato em vigor, o adicional de insalubridade no grau máximo, o que impossibilita à futura contratada pagar de forma parcial - (SIC)". Em verdade trata-se do contrato sob nº SEI 0002.443301/2020-66 onde se esclarece que a AGEVISA não realiza diretamente qualquer pagamento, de nenhum trabalhador da empresa, nem mesmo insalubridade. As estimativas apresentadas naquela contratação também levam em consideração a área do serviço prestado, cabendo a própria contratada avaliar a necessidade da remuneração de insalubridade a seus trabalhadores conforme a atuação de seus empregados e a área à ser atendida. Naquela contratação, o termo de referência (0014489580) de forma equivalente ao presente pregão, oferece tão apenas planilha exemplificativa que visa auxiliar os interessados à prestação de serviço na composição de seus valores.

Resposta do questionamento 1.2.

As possibilidades de repactuação encontram-se dispostas no subitem 20.4 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, e são suficientes às garantias necessárias ao prestador (0011131848 - EDITAL).

Resposta ao questionamento 1.3.

Como já elencado pelo próprio demandante, as causas de aplicação de juros e correções encontram-se previstas pelo item 11.7 do referido edital e já são suficientes às garantias necessárias ao prestador (0011131848 - EDITAL).

Desta forma, levando em conta às informações trazidas a baila pela Órgão interessado, julga-se sanado o pedido de IMPUGNAÇÃO.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessário.

Porto Velho, 26 de novembro de 2020.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0002.125329/2019-81

SEI nº 0014875913